



A conta que não fecha

CIRO CORREIA, JOÃO CHAVES JR. E PAULO CÉSAR CENTODUCATTE

As três universidades estaduais paulistas são responsáveis pela maior parte da pesquisa científica efetuada no país. Formam pessoas qualificadas para o magistério e o exercício profissional em geral.

Desde 1995, essas universidades sobrevivem com 9,57% do ICMS quota-parte do Estado. Isso tem sido insuficiente para continuar garantindo seu bom funcionamento e, muito menos, sua expansão.

Apesar disso, de 1995 a 2012, Unesp, Unicamp e USP cresceram em três quesitos essenciais, conforme apontam seus respectivos anuários estatísticos: 1) cursos de graduação: 52%; 52%; 89%; 2) cursos de pós-graduação: 47%; 48,2%; 34,7%; e 3) títulos outorgados (mestrado e doutorado): 348,5%; 99,7%; 127,6%. Convenhamos, trata-se de inequívoca contribuição à sociedade!

Nesse mesmo período, expansões foram realizadas sem recursos adicionais e perenes. Exemplos recentes: na USP, a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP Leste), a incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena e a criação de várias faculdades, em

Artimanhas governamentais, com anuência das reitorias e omissão dos Conselhos Universitários, resultam em desfalques inaceitáveis

Ribeirão Preto. Na Unicamp, a criação da Faculdade de Ciências Aplicadas, em Limeira. E na Unesp, a criação de oito unidades e novos cursos. Essa política de expansão sem recursos adicionais coloca em risco as instituições. A quem interessa?

Há anos, o Fórum das Seis —órgão representativo de docentes, funcionários e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza— tem insistido que os 9,57% do ICMS são insuficientes. Afora isso, o governo estadual tem calculado esse percentual após a retirada de recursos para habitação, devoluções aos contribuintes da Nota Fiscal Paulista (contabilizadas como restituição do ICMS) e sem considerar juros e correção monetária deste imposto recolhido em atraso, a maior parte via “programas de parcelamento de dívidas” —anistias per-

versas, que incentivam a sonegação ao gerar expectativa de perdão.

Essas artimanhas governamentais, com anuência das reitorias e omissão dos Conselhos Universitários, resultaram em um desfalque de R\$ 540 milhões, apenas em 2013! Isso é inaceitável, pois diminui recursos para direitos sociais. No caso, destinados a garantir educação superior de qualidade.

Assim, o Fórum das Seis reafirma a necessidade da destinação de 33% dos impostos do Estado para a educação pública em geral, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado de todo o produto do ICMS para USP, Unesp e Unicamp e 2,1% dessa mesma base de cálculo para o Centro Paula Souza. Seria uma decisão estratégica do Executivo e da Assembleia Legislativa, que viabilizaria o planejamento e o desenvolvimento da educação pública no Estado, com reflexos positivos para o país.

CIRO TEIXEIRA CORREIA, JOÃO DA COSTA CHAVES JR. e PAULO CÉSAR CENTODUCATTE são presidentes das Associações de Docentes da USP, Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Neto) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), respectivamente